

Editorial

Lindamir Salet Casagrande
E-mail: lindasc2002@gmail.com
Universidade Tecnológica Federal
do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Esta edição da revista *Cadernos de Gênero e Tecnologia* traz como temática central, estudos sobre *gênero e raça e feminismo negro*. Construir este editorial tornou-se um desafio para mim pelo fato de que sou uma mulher branca e por isso não tenho a vivência do que é ser uma pessoa negra em um País que prega a democracia racial, mas que mata negros e negras todos os dias, no qual a maioria das pessoas que são aprisionadas são negras, onde os menores salários são pagos a população negra. Porém, mesmo com esta limitação, peço permissão para construir este editorial e espero ser coerente e não desrespeitar a população negra.

O Brasil foi o último país a abolir oficialmente a escravidão. Este regime foi extremamente desumano, violento, injusto e danoso para as pessoas negras. Por muitos anos, as pessoas submetidas ao processo e projeto colonialista de escravização, sequer eram percebidas e tampouco respeitadas/as como seres humanos (talvez para muitas pessoas ainda não são). Quando viviam em África, estas pessoas eram livres, autônomas, tinham uma cultura rica e diversa. Ao serem submetidos/as ao processo e projeto colonialista de escravização perderam todos os seus direitos e passaram a ser tratados/as como coisas, como objetos sobre os quais os seus “senhores” detinham todos os direitos, com os/as quais podiam fazer qualquer coisa, todo tipo de atrocidade.

Mulheres negras eram estupradas por homens brancos e, muitas vezes, engravidavam e viam seus filhos/as também serem submetidas ao processo de escravização mesmo sendo filhos/as dos seus “donos” (sim, os “senhores de escravos” eram legalmente donos dos escravos e das escravas aos/às quais chamavam de peças, portanto, donos dos/as filhos/as destes/as). Outras eram tratadas como reprodutoras, sendo obrigadas a ter um filho atrás do outro, crianças estas que também eram submetidas ao mesmo processo de escravidão. Outras não podiam amamentar sua prole para alimentar os/as filhos/as das sinhás. Isso sem contar o trabalho na lida que deveria ser cumprido com a mesma intensidade demais pessoas negras escravizadas. A exploração ocorria de todas as formas.

Outro fato que ocorreu neste período foi a proibição que estas pessoas mantivessem, manifestassem e transmitissem sua cultura e sua fé aos descendentes. A cultura africana era (e em muitos casos ainda é) proibida e condenada. Sequer os nomes de família eram preservados, sendo proibidos inclusive de serem pronunciados. Com isso se perdeu grande parte da história e do passado dessas pessoas o que também se configura em violência.

O período de escravidão é uma mácula na história de nosso País que jamais será apagada. Mas daí veio a Lei Aurea e resolveu todos os problemas, afinal, aboliu a escravidão no Brasil. Não! Isso não aconteceu! Os negros e negras, agora “livres” foram colocados para fora das fazendas sem nenhum recurso de

sobrevivência. Não tinham onde morar, o que comer, onde trabalhar, enfim, como viver com um mínimo de dignidade. Nada foi feito para inserir estas pessoas na sociedade, mas agora eles eram livres. Que tipo de liberdade era essa? Convém destacar que neste período ocorreu o incentivo para a vinda de imigrantes de origem italiana, alemã, polonesa, japonesa, dentre outras, cujas culturas foram e ainda são mais valorizadas e reconhecidas do que a cultura, religião e trabalho dos/as afrodescendentes.

A assinatura da Lei Aurea aconteceu há 130 anos, porém, os resquícios da escravidão ainda perduram na nossa sociedade. As mulheres negras são as principais vítimas de estupros, feminicídio, violência obstétrica além de receberem os menores salários no mercado de trabalho, ocuparem os cargos e desenvolverem os serviços que recebem menor remuneração.

Quanto aos homens negros, eles são a maioria nos complexos penais, são os principais suspeitos de crimes, não tem a liberdade de ir e vir pois o simples fato de estarem em um cenário suspeito ou perigoso os transforma em bandidos vítimas da abordagem policial e, em muitos casos, vítimas da violência policial, aliás, eles são a maioria dos mortos pela polícia brasileira. Ou seja, o racismo existe no Brasil, embora seja muitas vezes negado, e mata jovens negros.

Mas esses homens e mulheres lutam, buscam caminhos para superar as situações precárias nas quais a sociedade brasileira insiste em mantê-los. Muitos/as conseguem furar a bolha e se destacar em diversas áreas que vão desde as ciências até as artes. Mesmo pessoas que obtêm destaque no cenário nacional e internacional não estão livres do racismo. Mas eles/as lutam e seguem na busca por dignidade, por recuperar e transmitir sua cultura, preservar suas crenças. Vemos um movimento pela valorização das características, costumes e ornamentos, bem como do resgate das tecnologias e ciência desenvolvidas pela população negra. Um exemplo deste fenômeno é o fato de que muitas mulheres assumem e se orgulham de seus cabelos crespos, usam turbantes e roupas coloridas, exibem orgulhosamente sua cultura e sua beleza. Este é um movimento muito bonito e rico.

O setor da indústria de brinquedos e de entretenimento percebeu este movimento e tem lançado no mercado um número crescente de produtos destinado a população negra. Um exemplo que evidencia este fenômeno é a produção de bonecas negras. Embora saibamos que o objetivo principal do mercado, considerando que vivemos num sistema capitalista, é o lucro, a existência de bonecas negras produz um efeito muito positivo nas meninas negras. Elas conseguem se enxergar representadas naquelas bonecas, elas conseguem ver a beleza daquele brinquedo e podem perceber o quão belas são. A autoestima das meninas negras é estimulada. Até então elas tinham que chamar de “filhas” bonecas brancas e agora tem a possibilidade de brincar com uma boneca que se aproxima da realidade delas.

Outra mudança ocorrida nos últimos anos, foi a implementação do sistema de cotas nas universidades brasileiras por meio da lei nº 12.711, de agosto de 2012, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Este sistema foi questionado por uma parcela da população que gritou dizendo que os negros e as negras iriam ocupar o espaço seu ou de seus/suas filhos/as nos bancos universitários como se esse espaço não pertencesse a população negra. Cabe destacar que o ambiente universitário foi um reduto que jovens brancos e ricos ocuparam desde que as

universidades foram criadas no País e que em alguns cursos ainda permanece como reduto de homens brancos. A lei das cotas assegura que “metade das vagas oferecidas serão de ampla concorrência, já a outra metade será reservada por critério de cor, rede de ensino e renda familiar” (G1, 2012, *online*). Esta lei busca a inclusão da população mais carente que até então encontrava imensas dificuldades de adentrar à universidade pública federal. A lei é necessária e visa também diminuir a dívida histórica que o País tem com a população negra.

Com a implementação desta lei, o número de negros e negras nos bancos universitários tem aumentado e eles trazem consigo sua cultura, suas crenças, seus sonhos, suas lutas, seus saberes, suas existências e resistências. Esta inserção é importante quando se pensa numa educação democrática e que possibilite a todos/as os/as cidadãos e cidadãs igualdade de possibilidades de se desenvolver social e intelectualmente.

A diversidade enriquece o universo acadêmico, possibilita que novos olhares sejam lançados sobre os espaços sociais, que novos universos sejam percebidos e isso é bom para toda a sociedade. Os/as primeiros/as universitários/as oriundos/as do sistema de cotas chegaram a pós-graduação (mestrado e doutorado) e com isso as pesquisas sobre o universo, as realidades, as dificuldades, os sonhos, as conquistas da população negra ganharam intensidade e são desenvolvidas a partir de seus próprios olhares. Negros e negras deixaram de ser somente objetos de estudos e passaram a ser pesquisadores/as em diversas universidades brasileiras. É uma mudança no olhar da ciência, ciência esta que não é hegemônica e tampouco neutra.

Destacar o pensamento feminista negro se torna relevante porque os primeiros passos dos movimentos feministas protagonizados por mulheres brancas não enxergavam as particularidades das situações as quais mulheres negras estavam (e ainda estão) submetidas. Para que as mulheres brancas desenvolvessem suas pesquisas, reivindicassem seus direitos, muitas vezes, mulheres negras estavam lá, cuidando de seus/suas filhos/as e de suas casas, sendo, algumas vezes, assediadas e abusadas por seus maridos e filhos, tendo seu trabalho desvalorizado. As necessidades e os direitos das mulheres negras não eram contemplados pelo movimento feminista tradicional. Sendo assim, houve e há a necessidade da existência do feminismo negro no qual mulheres negras são as protagonistas.

Outro aspecto relevante a se observar é a força da representatividade. Ontem (02/07/2019), assistindo aos programas de televisão, me deparei com a imagem de uma jovem tenista negra de 15 anos chorando após vencer uma partida de tênis em Wimbledon. Esta jovem era Cori Gauff e ela havia acabado de eliminar Venus Williams da competição. E por que ela chorava se ela venceu? Porque Venus Williams, outra tenista negra, era seu exemplo, foi sua inspiração. “Ela (Venus) disse ‘parabéns’. Eu disse: ‘obrigado por tudo que você fez. Eu não estaria aqui se não fosse você’. Sempre quis dizer isso a ela - contou a menina em entrevista à BBC após a vitória.” (G1, 2019, *online*). Este episódio evidencia a importância da representatividade.

Esta edição dos CGT pode contribuir para evidenciar a representatividade de pesquisadoras/es negras/os. A maioria dos trabalhos aqui publicados foram produzidos por elas/eles. Sendo assim, a visibilidade e a importância de

disseminação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por mulheres e homens negros acerca das questões de gênero, é possibilitada pela revista *Cadernos de Gênero e Tecnologia* ao publicar uma chamada de artigos que discutam gênero e raça e feminismo negro. A submissão de trabalhos foi grande evidenciando que a temática está sendo discutida no Brasil e que carece de espaços para a sua divulgação.

E assim, este número dos CGT, que é composto por duas entrevistas, uma com uma mulher negra e outra com uma travesti negra, 18 artigos originais, que se distribuem entre a temática gênero e raça e feminismo negro e artigos diversos de fluxo contínuo e uma resenha de um livro de uma autora travesti negra, é inspirador. Este grande número de produções com suas referidas perspectivas é um convite a leitura e um estímulo à luta.

Espera-se que o número 40 dos Cadernos de Gênero e Tecnologia possa contribuir para que mais pessoas negras se sintam estimuladas a desenvolverem pesquisas que os/as representem e que pessoas não negras tenham mais uma possibilidade de conhecer e reconhecer esta produção de conhecimento.

Desejamos a todas e todos uma ótima leitura.

Sejamos resistência!

REFERÊNCIAS

G1. Americana de apenas 15 anos, Cori Gauff faz história e elimina Venus Williams em Wimbledon. Disponível em:

<https://globoesporte.globo.com/tenis/noticia/cori-gauff-de-15-anos-bate-propria-idolo-venus-williams-em-wimbledon.ghtml>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

G1. Dilma sanciona lei que cria cota de 50% nas universidades federais.

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/dilma-sanciona-cota-de-50-nas-universidades-publicas.html>. Acesso em: 02 de jul. 2019.

Recebido: 11 jul. 2019.

Aprovado: 11 jul. 2019.

DOI: 10.3895/cgt.v12n39.10349

Como citar:

CASAGRANDE, Lindamir Salete. Editorial. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v.12, n. 40, p. 1-4, jul./dez. 2019.

Correspondência: Av. Sete de Setembro, 3165, 80230-901, Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

